

BREVE HISTÓRIA DA CRÍTICA DE MÍDIA NO PARANÁ: EXPERIÊNCIAS DE OMBUDSMAN EM PRODUTOS JORNALÍSTICOS NOS CAMPOS GERAIS*

Brief history of media criticism in Paraná: ombudsman experiences in journalistic products in Campos Gerais

Sérgio Luiz Gadini**

RESUMO

O registro de experiências de crítica de mídia na história do jornalismo paranaense é modesto e ainda bastante recente. Entre as poucas experiências existentes, e de conhecimento do público, disponíveis, incluem-se a função de *ombudsman* no *Jornal da Manhã*, editado em Ponta Grossa (PR), que durou entre 2007 e 2011, um breve momento (de poucos meses e edições) no jornal *Estado do Paraná*, em 2008, além de eventuais atividades de produção laboratorial, que registram a existência de colunas

* Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no 6º *Encontro Regional Sul de História da Mídia* (Alcar Sul 2016), realizado entre 15 e 17/6/2016, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná.

** Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil. Jornalista. Doutor. em Comunicação. Professor no curso de Jornalismo (graduação e mestrado), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <sergiogadini@yahoo.com.br>

Revisão de texto e revisão técnica (ABNT): Karina Woitowicz

Data da submissão: 27/2/2017

Data do aceite: 25/8/2017

Última alteração efetivada em: 15/10/2017

voltadas ao exercício da crítica da produção jornalística. O presente texto faz um percurso histórico nas experiências citadas, logo após caracterizar a origem, frágil tradição no Brasil, e apresentando as modestas ocorrências de crítica de mídia jornalística no Paraná, ao longo das décadas passada e presente. Não há, contudo, como assegurar que não existem outras eventuais situações com crítica editorial sistemática. Embora, pelo que se conhece e se pode encontrar em acervos (físicos ou virtuais) no estado, a raridade é uma marca ainda presente quando se fala em *ombudsman* ou crítica de mídia no jornalismo paranaense.

Palavras-chave: Crítica de mídia. *Ombudsman*. História do jornalismo no Paraná.

ABSTRACT

The record of media criticism in the history of Paraná Journalism is modest and still fairly recent. Among the few existing and publicly available experiences include the ombudsman role in *Jornal da Manhã*, published in Ponta Grossa (PR), which lasted from 2007 to 2011, a brief moment (a few months and editions) In the State of Paraná newspaper, in 2008, in addition to eventual laboratory production activities, which record the existence of columns focused on the criticism of journalistic production. The present text takes a historical trajectory in the experiences cited, shortly after characterizing the fragile origin in Brazil, and presenting the modest occurrences of journalistic media criticism in Paraná over the past and present decades. There is no way, however, to ensure that there are no other situations with systematic editorial criticism. Although, by what is known and can be found in collections (physical or virtual) in the State, rarity is still a mark when it comes to ombudsman or media criticism in journalism in Paraná.

Keywords: Media criticism. Ombudsman. History of journalism in Paraná.

Qualquer editor de produto jornalístico que alega interesse público deve, necessariamente, se submeter à crítica, seja de profissionais da área ou do público-alvo com quem mantém alguma interação, que não apenas de um consumo impensado. (Luiz Naue)

Considerações iniciais

A história da crítica de mídia no Brasil ainda não possui uma abordagem de abrangência nacional, considerando experiências e casos em diversas regiões ou estados e, tampouco, até o momento, parece haver a devida clareza em torno dos principais fatores de por que o jornalismo ainda é uma das atividades que resiste à incorporação da crítica, como prática inerente à produção editorial cotidiana.

Não é, obviamente, tarefa deste breve texto ensaístico dar conta de toda contextualização e história, mas é preciso, ainda que rapidamente, situar a origem e função do *ombudsman*, buscando situar tais marcas no cenário – igualmente “árido” de registros da crítica – da produção jornalística no Estado do Paraná.

Indicar que a aceitação e, mais ainda, a manutenção de espaços regulares de crítica (e autocrítica) das produções editoriais legitimam o caráter público, democrático e plural do jornalismo, que já se tornou, quase, lugar-comum encontrar referências da área ou mesmo defender como orientação no fazer jornalístico.

Afinal, se o jornalismo reivindica como uma de suas características conceituais históricas – como defende Otto Groth (2009) – o interesse público, nada é mais simples do que abrir espaço ao contraditório e assegurar a livre circulação de autores, que não partilham as mesmas perspectivas e os mesmos valores que os editores defendem e propagam diuturnamente. Mas, na prática, não é isso o que se vê, ouve e lê na maioria dos produtos e serviços jornalísticos que chegam à população.

O que se entende, neste texto, por crítica de mídia com periodicidade regular indica uma sintonia com a própria periodicidade de um determinado veículo. Um diário, por exemplo, ainda que não consiga manter espaço diário de crítica, para dizer que mantém crítica jornalística regular precisa, em média, dispor de um espaço semanal, capaz de analisar as edições da semana e, ao mesmo tempo, indicar pistas para reduzir vícios e equívocos que marcam a produção jornalística. Em outro exemplo, um telejornal diário, não muito diferente, demandaria, para se assegurar da existência de crítica de mídia, seja no formato que for (conselho, *ombudsman*, representantes de segmentos, dentre outras variações), manter espaço na mesma lógica de uma edição semanal, capaz de, pela análise sistemática e regular, avaliar as produções da referida semana.

Em geral, pode-se dizer que qualquer produto jornalístico, capaz de atender às características editoriais convencionais (universidade, interesse público,

periodicidade, atualidade, proximidade, pluralidade, dentre outras), tem um potencial de operar como “campo polêmico”, para usar um conceito do francês Maurice Mouillaud (2012). E, pois, o espaço da crítica, para além de fazer eco ao *polêmico* do fazer jornalístico, impulsiona a dimensão crítica, que envolve a tensão dos limites espaço temporais da atividade jornalística. Não há, pois, em tese, função de crítica de mídia capaz de ficar imune ou indiferente às tensões (e contradições) da cobertura cotidiana do jornalismo.

Oportuno, aqui, é lembrar em anos recentes várias produções de pesquisadores da área no Brasil, que voltaram-se à crítica de mídia, tais como o livro *A crítica e o campo do jornalismo: ruptura e continuidade* (2015), de Mauro Ventura, a coletânea organizada por Edson Dalmonte *Teoria e prática da crítica midiática* (2014), além das frequentes contribuições da Rede de Observatório de Imprensa (Renoi), mantida por um grupo de pesquisadores e que pode ser melhor mapeada pelos textos presentes na coletânea *Crítica do jornalismo no Brasil: produção, qualidade e direito à informação* (2016), organizada por Josenildo Guerra, Danilo Rothberg e Gerson Martins, com registro de experiências, análises e proposições didáticas ao exercício da crítica midiática no Brasil.

Breve histórico da crítica editorial em diferentes formatos

A crítica é também uma arte! E, assim como uma criação artística implica o funcionamento da faculdade crítica, sem o que ela não existiria, assim também a crítica é na verdade criadora na mais elevada acepção do termo! Ela é afinal criadora independente. (MENCKEN, 1982).

Não basta, entretanto, apenas deixar algum eventual espaço disponível para que o leitor publique carta ou comentário, nem mesmo alegar que a “linha segue aberta” ao ouvinte/telespectador; tampouco abrir caixa de comentário ou *fale conosco*, para insinuar que a crítica existe ou teria espaço disponível. A criação, existência e manutenção de espaço de crítica de mídia pressupõe uma política editorial, capaz de reconhecer equívocos, limites ou vícios que, regra geral, marcam o atribulado cotidiano da produção jornalística. Daí porque, quando tal reconhecimento institucional existe, de fato, implica um simultâneo respeito profissional aos responsáveis pelo exercício da crítica.

Referências bibliográficas (COSTA, 2006) indicam que uma das mais conhecidas origens da função de *ombudsman* (“advogado do leitor”, “ouvidor” ou “aquele que representa”) ocorreu na Suécia, em 1809. Na ocasião, o governo nomeou um profissional para ouvir reclamações ou sugestões de cidadãos a respeito dos serviços públicos mantidos no país. Em continente americano, a função de *ombudsman* registra adesão, por parte de veículos de comunicação, a partir de meados do século XX, inicialmente nos EUA e, mais tarde, também em países de língua latina.

No Brasil, é a *Folha de S. Paulo* que pleiteia o posto de primeiro diário a criar a figura de *ombudsman*. Era setembro de 1989, quando Caio Tulio Costa ocupa o cargo e primeiro mandato de um ano no diário paulistano.

No Brasil, entretanto, adesão ao projeto de crítica sistemática da (própria) mídia encontra resistência ou, ao menos, uma certa má-vontade, o que limita a proliferação de tais iniciativas no campo jornalístico. Na mesma época, entre o final dos anos 1980 e início da década seguinte, alguns periódicos ou projetos editoriais arriscaram criar a função de crítico de mídia (ou *ombudsman* ou conselheiro), mas em geral com pouca adesão e persistência temporal.

Em 1994, o diário cearense *O Povo* cria o *ombudsman*, função que mantém até o momento (2016), em geral escolhido entre os profissionais da casa com mais experiência em reportagem e edição jornalística.

No norte catarinense, o jornal *A Notícia*, em 1995, cria a função de *ombudsman*, que era editada a partir da capital do estado (Florianópolis), onde o jornalista Mario Xavier exerceu a função pelo breve período de um ano, quando o diário encerrou o projeto sem explicação aos leitores e colaboradores.

Na mesma época, frente ao rápido surgimento de espaços de crítica em diversos periódicos do País, foi lançada a iniciativa de envolver e impulsionar experiências, através da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO),¹ com estatuto próprio e inclusive código de ética. A proposta, entretanto, encontrou limitações na mesma proporção em que os periódicos inicialmente motivados com a iniciativa também recuaram por diferentes alegações.

Setores de governo, em especial da prestação de serviços é que mais avançaram na abertura de espaços de interação, talvez um pouco motivados (ou cobrados) pela emergência do Código de Defesa do

¹ A associação ainda existe, embora uma rápida consulta indica que se voltou, prioritariamente, ao serviço de ouvidoria, que mais cresceu em outras áreas de ofertas profissionais. <<http://www.abonacional.org.br/>>.

Consumidor, criado na versão original em 11/9/1990 (pela Lei Federal 8.078), que abriu caminho para o esperado respeito aos direitos de quem adquire um serviço e, não raro, registra problema entre a propaganda, a entrega e a efetiva funcionalidade prometida.

Ombudsman em jornal no (interior do) Paraná

No Estado do Paraná, a primeira função de *ombudsman* em diário comercial, de que se tem conhecimento, é a experiência do *Jornal da Manhã*, publicado na cidade de Ponta Grossa – PR, região dos Campos Gerais. Em 2007, o diário foi comprado dos antigos proprietários e, a partir de 1º/9/2007, passa a circular com projeto editorial focado no conceito de jornalismo público.

E o que se entende por jornalismo público? De acordo com uma sistematização conceitual elaborada por Carlos Alvarez Teijeiro (2000), a ênfase do interesse público ou comunitário (cidadão, na tradução de alguns autores) aproxima o jornalismo do público, na medida em que se pauta por tarefas essenciais ao periodismo, tais como: escutar as histórias e ideias dos cidadãos; examinar os temas mais importantes para a comunidade; escolher enfoques que ofereçam a melhor oportunidade para estimular ações cidadãs; informar sobre problemas e temas, de modo a aumentar o conhecimento do público acerca de possíveis soluções; e atentar para a qualidade da relação comunicativa com o público. Na avaliação dos referidos autores, o *Public Journalism* seria bem mais que uma técnica, pois implica mudança de postura dos próprios profissionais, ao dialogarem constantemente com o cotidiano da vida pública.

Com cerca de 350 mil habitantes, Ponta Grossa é a maior cidade da região (Campos Gerais PR, que possui em torno de 980 mil moradores). Editado na Cidade, o *JM* foi reorientado, conforme os editores, para atender as demandas locais e regionais, na perspectiva de um jornalismo público. A tradição local, contudo, não era marcada por interações com leitores e interlocutores dos produtos jornalísticos.

Tanto que, só em 1999, quando o *Diário dos Campos* – concorrente direto do *JM* – voltou a circular, que os impressos passam a abrir espaço cotidiano para leitores, seja como artigo, comentário ou mesmo eventuais críticas. E, claro, tal ampliação estava já em sintonia com a ampliação das interações digitais com a proliferação do acesso à internet. Contudo, em uma cidade de porte médio, com tiragem de impresso que atingia, na época, a mesma média nacional de leitores (o equivalente a um exemplar por 25 pessoas), a estratégia para ampliar a circulação e a leitura não poderia ficar restrita aos ajustes comerciais.

A versão pós-2007 do *JM* incluía, assim, um espaço semanal ao *ombudsman*, na página 2 da edição dominical. Nas duas primeiras edições, o espaço ficou restrito à meia página, passando já na terceira edição com coluna *ombudsman* a contar com uma página de análise e crítica da produção editorial da semana.

A apresentação do projeto de reforma editorial do *Jornal* foi nos seguintes termos (conforme texto da edição de 1º/9/2007):

O Jornal da Manhã irá pautar a sua linha editorial pelo conceito do “Jornalismo Público”. Trata-se de um conceito surgido ainda na década de 50, nos Estados Unidos, mas que tem ganhado espaço em todo o mundo, justamente por seu compromisso com a cidadania. Mais do que pautar a discussão sobre temas de interesse do público, esse tipo de jornalismo procura propor soluções para os problemas das comunidades. Ou seja, os meios de comunicação vão além da tarefa de meramente informar ou retratar a realidade. Há uma preocupação em intervir na realidade. E essa intervenção ocorre de diversas maneiras. Uma delas é através do agendamento temático direcionado. Isto é, direcionando as pautas para temas de amplo interesse coletivo. Outro mecanismo é o engajamento. Há um envolvimento maior do jornal e do jornalista com as causas da comunidade. E é aí que surgem as bandeiras em defesa dos projetos da cidade, da região, do Estado e do País.²

Fato é que poucas semanas, menos de dois meses, foram suficientes para colocar sob suspeita a lenda de que, em PG, leitores não tinham o hábito de escrever (carta, *e-mail* ou telefonar) para cobrar, porque uma matéria veiculada optou por aquela abordagem, porque ignorou outros envolvidos, dentre outras justificativas que, aos poucos foram motivando uma interação comprovadamente crítica, por parte de um expressivo número de leitores e, inclusive, profissionais do jornalismo, que atuavam em outros espaços, veículos e produtos na cidade e região. O sistema de *e-mail*, mantido e gestado pelo próprio *ombudsman*, assegurava uma relativa autonomia de interação e diálogo com alguns leitores ou colaboradores que, eventualmente, não queriam se identificar.

O sistema de análise da produção semanal, os critérios de escolha, a rotina de acompanhamento e a interação com leitores, bem como a manutenção de um *blog* no portal do jornal (JMNews) entre abril e setembro de 2008, dentre outros aspectos, são objeto de outro texto, que pode ser acessado, disponível na revista *Pauta Geral* (2014).³

² Disponível em: <www.jmnews.com.br. O texto, na época de lançamento do projeto que previa função de ombudsman >. Acesso em: 10 mar. 2011. Arquivo do autor.

³ Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6103/3730>>.

A experiência da função de *ombudsman* (or woman) do *Jornal da Manhã*, após o primeiro mandato também foi exercida pelas jornalistas Elaine Javorski (entre setembro de 2008 a agosto de 2009), Alessandra Perrinchelli (de setembro de 2009 e agosto de 2010) e Vanessa Zappia, entre setembro de 2010 até março de 2011), quando a direção do jornal, sem apresentar qualquer justificativa ou explicação aos leitores e colaboradores, decidiu acabar com o espaço de crítica de mídia no JM. Manifestações diversas ficaram registradas contra a decisão do grupo gestor, mas ficou nisso. E foi, com todos os problemas, o período de três anos e meio em que houve experiência de crítica de mídia, a qual o diário comercial no Paraná mais resistiu. Um projeto editorial em curso vai reunir depoimentos e contribuições dos profissionais que exerceram a função de *ombudsman* no referido período.

No que diz respeito à existência de crítica de mídia sistemática em periódicos comerciais paranaenses, vale lembrar que, no início de 2008, a versão digital de *O Estado do Paraná* chegou a disponibilizar a coluna *ombudsman* por um breve período (entre março e abril), logo retirando do *site* sem explicar ou sequer justificar a proposta da iniciativa. Não há, pois, em nível estadual, outras experiências com o mesmo caráter de edição periódica e sistemática de circulação com crítica de mídia. Como se vê, os registros indicam um terreno ainda pouco “sementado” no Estado!

Crítica de mídia em produtos jornalísticos laboratoriais

Em produtos experimentais de produção laboratorial, mantidos por estudantes, a partir de cursos de Jornalismo, já não é novidade. E, pois, no Paraná também registram, até o momento, diversas experiências. Por opção de recorte temporal, associado ao limite de tempo, o texto relata três breves atividades de crítica, a partir do curso de Jornalismo da UEPG.

A primeira atividade é a criação do espaço *ombudsman* no jornal-laboratório *Foca Livre*, produzido por estudantes do 2º ano do curso (UEPG), que lança o espaço de crítica midiática em março de 2004. Desde então, já passaram pela coluna profissionais do jornalismo de Ponta Grossa, Curitiba, dentre outras cidades onde foram residir profissionais graduados (não necessariamente pela UEPG). Ao longo desse período de 12 anos, o *Foca Livre* já manteve espaço para até dois colunistas em um mesmo letivo, quando a escolha era por considerar a crítica de um profissional e de um professor da área. Desde 2014, o jornal voltou a ter apenas um crítico, que, em 2016, é feito pela jornalista Isadora Camargo (graduada pela UEPG, reside e trabalha em São Paulo). Em 2014, quem fez a coluna

ombudsman foi Mauri König e, em 2015, o jornalista José Carlos Fernandes (repórter e colunista da *Gazeta do Povo*, de Curitiba).

A segunda experiência de crítica de mídia, no curso de Jornalismo UEPG, surgiu com o lançamento do projeto de extensão *Portal Comunitário*, lançado em 2008, sob a coordenação da Profa. Maria Lúcia Becker. O caráter de extensão e ensino que envolve o *Portal* também desafia estudantes/professores envolvidos, uma vez que o Portal disponibiliza na web (<www.portalcomunitario.jor.br>) uma produção laboratorial voltada a grupos, movimentos e organizações sem fins lucrativos e que atuam na cidade. E, assim, a crítica de mídia, realizada pelo *ombudsman* no *Portal* também desempenha uma dupla função no monitoramento do fazer jornalístico: contribui na formação profissional e é voltado à comunidade local.

A terceira experiência de *ombudsman*, no curso de Jornalismo da UEPG, veio com o lançamento do *Crítica de Ponta*, um projeto de crítica de mídia, lançado em março de 2009, sob a coordenação de Sérgio Gadini, para veicular as críticas produzidas por estudantes de Jornalismo, tanto aos produtos e serviços culturais da cidade como aos produtos e veículos editoriais. No primeiro ano de funcionamento, a crítica era feita por colegas convidados (professores ou produtores culturais). No segundo ano de funcionamento do projeto (2010), a função de *ombudsman* era exercida, em sistema de rodízio mensal (por quatro edições), por estudantes que já haviam participado do projeto em ano anterior. E, a partir do terceiro ano de existência do *Crítica de Ponta* (2011), o *ombudsman* passa a ser tarefa dos próprios colegas da turma que, em sistema de rodízio (a cada edição), avaliam a produção dos colegas na semana.

Apenas para melhor compreender, o *Crítica de Ponta* está disponível, com arquivos de todas as edições, em <<https://criticadepona.com/>>. A partir de 2011, o projeto ganha uma versão televisiva, de 15 minutos semanais, em que os estudantes comentam/avaliam produtos culturais e midiáticos da cidade. O *Crítica de Ponta na TV* veiculava no canal 17 net cabo, da TV Comunitária PG. Em 2016, o projeto não estava em atividade, pois a nova versão do currículo de Jornalismo UEPG não previa a disciplina naquele ano letivo, devendo retornar em março de 2017.

Na perspectiva de produtos laboratoriais, a expectativa dos estudantes e, pois, também dos professores, é de que a leitura e análise crítica dos colunistas (crítica do *ombudsman*) tenha também um caráter didático, na proporção em que questiona a produção experimental realizada pelos futuros profissionais. E, talvez por isso, é oportuno assegurar tais contribuições, que exercem um papel importante, pois circulam com os mesmos produtos que chegam ao leitor, em geral, da comunidade universitária, no caso da UEPG.

Considerações finais

Não há, certamente, um único fator que impulsiona, mantém ou mesmo fortalece a crise de legitimidade da mídia brasileira. Mas é inegável que entre os diversos fatores possíveis pode-se indicar a ausência de uma postura assumidamente democrática, capaz de aceitar a crítica dos próprios interlocutores (para não ficar restrito à lógica do consumo), ao modo como tais produtos são planejados e formatados, em geral, distante e sem ao menos consultar leitor, ouvinte ou telespectador.

E, pois, aqui reside uma relação direta, ainda que não automática, da ausência de crítica regular e sistemática aos procedimentos e vícios editoriais. Se este é o cenário vigente em nível nacional, não se pode ignorar que a situação é muito similar em níveis regionais ou estaduais, nos quais se pode situar o jornalismo paranaense. Mas, o impacto desta constante “resistência” (profissional e também empresarial) ao convívio da crítica fica, pois, para outro momento e estudo.

E, por fim, quando se fala em crítica de mídia tampouco se indica qualquer formato ou modelo prévio, pois é possível pensar e viabilizar formas de participação (e crítica) popular através de conselhos, eleitos e representativos de segmentos que interagem com a mídia, pela manutenção de *ombudsman*, em geral, exercido por profissional da área (jornalismo), dentre outras variações e modalidades possíveis.

O fato é que a crítica de mídia, na produção jornalística brasileira, seja em nível nacional, seja nos regionais, ainda não possui o devido reconhecimento, por parte de profissionais e empresários que gestam tais grupos e organizações editoriais. No Estado do Paraná, a situação é similar ou, se considerar a rala existência de experiências com crítica de mídia regular, talvez até um pouco pior em termos de frequência e aceitação no campo jornalístico. Se o debate e desafio para reverter este cenário não é exclusividade de jornalistas, ao menos, pode-se entender que a aposta e a ampliação desta tarefa precisa, sim, iniciar pelos profissionais da área. E, portanto, também é tarefa dos cursos de Jornalismo... antes que a crise amplie suas ramificações e seus impactos, na já questionável marca de (i)legitimidade de tais produtos editoriais.

A experiência de crítica de mídia no *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa, realizada através do espaço *ombudsman* entre 2007 e 2011, possibilitou uma interação com leitores e profissionais que, muito provavelmente, não tem precedentes em termos de acompanhamento público e cobrança direta, no que diz respeito às indicações, críticas ou sugestões, para que a produção jornalística cotidiana ficasse mais próxima da realidade e da

compreensão dos atores que passaram a interagir com a proposta de fazer um jornalismo mais participativo e, de certo modo, também democrático.

E, por fim, caso haja outras experiências, ainda não documentadas ou registradas em estudos, no estado, espera-se, após este trabalho, poder incluir na breve história da crítica de mídia no Jornalismo paranaense.

Referências

BORCEZI, Daniela. *Os vigilantes também são vigiados: o papel do ombudsman nos jornais brasileiros*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) jornalismo UEPG, Ponta Grossa: UEPG, 2008.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

COSTA, Caio Túlio. *Ombudsman: o relógio de Pascal*. Ed. rev. e atual. São Paulo: Geração, 2006.

DALMONTE, Edson (Org.). *Teoria e prática da crítica midiática*. Salvador: Edufba, 2014.

DAMAS, Susana Herrera. Las otras formas de participación: más público en los medios. *Diálogos de la Comunicación*, Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (FELAFACS), n. 70, p. 112-126, 2004. Disponível em: <http://uc3m.academia.edu/SusanaHerreraDamas/Papers/178131/Las_otras_formas_de_participacion_mas_publico_en_los_medios>. Acesso em: 30 jul. 2012.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

O que é a crítica? [Crítica e *Aufklärung*] Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr./juin. 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Trad. de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<https://mecanosfera.wordpress.com/2010/03/30/foucault-o-que-e-a-critica-critica-e-aufklarung/>>.

GADINI, S. L. *Interesses cruzados: a produção da cultura no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Paullus, 2009.

GADINI, S. L. Crítica de Mídia, Expressão Pública e Cidadania: Experiência de formação profissional pelo blog “Crítica de Ponta”. In: FÓRUM SUL-BRASILEIRO DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 2011, Santa Cruz do Sul – RS. Anais... Santa Cruz do Sul: Unisc, 8 e 9 de abril de 2011.

GADINI, S. L.; SANTOS, Adrian D.; OLIVEIRA, Marina Alves. Crítica de Ponta como experiência de formação jornalística e cultural. In: SEMINÁRIO DE INVERNO DE ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, 15., 2012, Ponta Grossa/PR. *Anais...* Ponta Grossa, 2012.

GADINI, S. L. A crítica de mídia entre dificuldades, limites e desafios: breves reflexões sobre a função do ombudsman. *Pauta Geral*, Ponta Grossa: UEPG, ano 1, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6103/3730>> . Acesso em 10 maio 2016.

GIRON, Luís Antônio. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte: 1826-1861*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GOMES, Paulo C. F.; BRONOSKY, Marcelo E. Papel e relevância do jornal-laboratório na formação do profissional em Jornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2012, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBPJor, 20/11/2012.

GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, Josenildo; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). *Crítica do jornalismo no Brasil: Produção, qualidade e direito à informação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior (UBI), 2016. Disponível em: <<http://www.labcom-ifp.ubi.pt/book/281>> .

MACHADO, S. Para quem o Ombudsman escreve? Ombudsman *Crítica de Ponta*, edição (semanal) 4/11/2011. Disponível em: <<http://criticadepona.wordpress.com/2011/11/04/pra-quem-o-ombudsman-escreve-2/>> .

MARTINS, Maria Helena (Org.). *Rumos da crítica*. São Paulo: Senac/Itaú Cultural, 2000.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2012.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Unesp, 2011.

TEIJEIRO, Carlos Alvarez. *Comunicación, democracia y ciudadanía: fundamentos teóricos del public journalism*. Buenos Aires: La Crujia, 2000.

VENTURA, Mauro de Souza. *A crítica e o campo do jornalismo: ruptura e continuidade*. Bauru: Cultura Acadêmica, 2015.